

REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA AMBIENTAL

Maria Inês Malta Castro*

Resumo: neste artigo são apresentadas e discutidas algumas possibilidades e limites da história ambiental, entendida como um campo de estudo específico, que demanda a formulação de métodos e conceitos próprios, assim como a sistematização de seus instrumentos de trabalho, ao mesmo tempo em que exige uma ampla articulação com disciplinas das mais variadas áreas de saber.

Palavras-chave: história ambiental, natureza, sociedade, interdisciplinaridade.

A emergência de problemas ambientais em escala planetária fez com que os historiadores se defrontassem com a necessidade de repensar alguns dos aspectos teóricos e metodológicos de sua disciplina, de maneira a possibilitar a compreensão das profundas interações entre os seres humanos e a natureza ao longo da história. Neste contexto, entra em cena a história ambiental, que oferece um vasto campo de reflexão, abrangendo desde a necessidade de elucidar seus principais conceitos e aprimorar sua metodologia, até a análise da forma como os historiadores têm abordado a relação entre os seres humanos e a natureza. Essa história demanda, ainda, um exame dos pressupostos fundamentais que devem sustentar os trabalhos historiográficos elaborados a partir de uma ótica ambiental.

A história ambiental oferece inúmeras possibilidades de trabalho para os historiadores preocupados em situar nos problemas existentes na sociedade contemporânea os aspectos que dizem respeito ao passado. Pensar a história em estreita relação com o ambiente no qual os seres humanos desenvolvem suas existências exige refletirmos sobre os distintos modos como nos organizamos para a produção e reprodução de nossas vidas, bem como em termos das práticas e das concepções sobre a natureza. Para isso, devemos pensar na constituição de um campo de estudo específico, para o qual deve-se formular métodos e conceitos próprios, sistematizar instrumentos de trabalho e, fundamentalmente, realizar uma ampla articulação com disciplinas das mais variadas áreas de saber.

* Professora do curso de História do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), Brasília/DF. Endereço eletrônico: maria52746@uniceub.br

Este artigo é apenas uma abordagem preliminar da questão, uma tentativa de organizar e sistematizar alguns pontos relevantes para se pensar os problemas da história ambiental. Pretende-se aqui levantar questões indicativas, que possam constituir elementos para reflexão, em especial para aqueles que, de algum modo, pretendam trabalhar ou trabalham com a história enfocada sob a perspectiva da problemática ambiental.

A CONSTITUIÇÃO DA HISTÓRIA AMBIENTAL

Grosso modo, pode-se afirmar que a história ambiental surge das preocupações com o meio ambiente, amplamente visíveis a partir das últimas décadas. Durante longo tempo, os estudos históricos, com algumas exceções, se concentraram exclusivamente na análise das sociedades humanas, como se a natureza fosse apenas mais um entre tantos fatores presentes na história dos homens e a eles estivesse submetida. Quase que explicitamente, negava-se a possibilidade de pensar as múltiplas e ricas relações entre os seres humanos e o meio natural, como se elas pouco ou nada tivessem a ver com o desenvolvimento histórico das diferentes sociedades. A constituição da história como uma disciplina específica, dotada de metodologia, conceitos e instrumentos de trabalho próprios, foi obra do século XIX, momento em que, grosso modo, pode-se dizer que a natureza passou a ser encarada basicamente como um elemento de conquista e domínio. Partindo dessa premissa, uma prova do grau de avanço de cada civilização parecia ser exatamente a sua capacidade de alterar o meio, intervir na natureza e nela imprimir suas marcas mediante o trabalho e a técnica.

A vitória dessa concepção de natureza é fruto de um longo processo histórico, no qual gradativamente consolidou-se a idéia antropocêntrica da natureza como objeto de conquista. Ressalte-se que as ciências naturais, preocupadas em analisar, sistematizar e classificar, excluiu os homens e procurou isolar a natureza como objeto de estudo. Nesse sentido, atuaram como um dos fatores que contribuiu para a percepção de que a história encontrava-se afastada da natureza. Integrados no mesmo universo mental predominante ao longo do século XIX, também os cientistas sociais refletiram sobre a sociedade tomando para si alguns dos pressupostos que embasavam o pensamento científico e incorporando a idéia da natureza como algo à parte da humanidade e, até mesmo, muitas vezes em oposição aos desígnios dos homens.

Essa, de maneira geral, é a leitura que tem sido feita pelos historiadores que, ao construir uma visão progressista, evolucionista e linear do processo histórico, enfatizaram as realizações materiais e o mundo “concreto” das determinações econômicas. Dentro desse quadro, a relevância da natureza reside no fato de se constituir o campo sobre o qual o trabalho se realiza, pois é apropriando-se dos elementos naturais que os seres humanos se organizam, se relacionam entre si e estabelecem formas específicas de exploração, tanto dos recursos naturais quanto de outros seres humanos.¹

Geralmente a natureza aparece como um dos fatores que permitiram ou impediram determinados tipos de atividades e, conseqüentemente, de desenvolvimento. Como exemplo disso, pode-se citar as interpretações mais freqüentes sobre o processo de colonização, nas quais o meio natural assume um papel de destaque, pois foram as diferenças em relação às metrópoles que possibilitaram a criação da grande empresa colonial, destinada a abastecer os mercados de produtos e gêneros agrícolas inexistentes no território europeu. No caso da revolução industrial e da proeminência da Inglaterra, muitas vezes a explicação causal baseia-se na existência de reservas carboníferas em seu território ou na adequação de suas terras à criação de ovinos, elementos essenciais para a indústria têxtil, carro-chefe do processo de industrialização.

Assim, os estudos históricos se concentraram basicamente na análise da sociedade a partir de si mesma, isto é, praticamente como se ela não sofresse interferências do mundo natural. Com isso, foram ignorados importantes componentes para se compreender os caminhos e alternativas que, em momentos específicos e distintos, se apresentaram aos seres humanos em sua história. Uma das conseqüências mais graves da concepção triunfalista da história, que a encara como um caminhar ininterrupto da humanidade rumo à conquista da natureza e a uma civilização cada vez mais avançada, é deixar de lado o questionamento sobre os outros sentidos desse “triunfo” e sobre a multiplicidade de possíveis que a história nos apresenta. O pensar a história como um contínuo caminhar em busca da civilização elimina parte significativa das alternativas que se apresentaram, e apresentam, aos homens ao longo de sua história, pois nessa perspectiva a diversidade – cultural, social, política e mesmo religiosa – não encontra espaço na civilização que se almeja e constitui mesmo um obstáculo que deve ser eliminado.

¹ Tal concepção está presente e tem papel importante nas análises de Karl Marx. A esse respeito, ver a discussão feita por Anna Bramwell em *Ecology in the 20th – a History*, p. 31-36.

Abordagens desse tipo reduzem a riqueza contida na diversidade de maneiras dos homens se relacionarem com a natureza. A compreensão da dinâmica desse movimento, de seus condicionantes e do papel que a natureza representa na história de diferentes sociedades descortina para a história um amplo campo de reflexões sobre temas e abordagens ignorados durante longo tempo, em especial aqueles relativos às ações dos seres humanos sobre a natureza, que tanta influência ainda exercem sobre nós hoje em dia, evidenciada no impacto provocado sobre o meio ambiente. É fundamental compreendermos que há uma conexão estreita entre as concepções de natureza expressas pelos homens em diferentes sociedades e momentos históricos e a maneira como organizam suas vidas e estabelecem relações entre si.

Em função disso, a história ambiental apresenta-se como uma área de estudo extremamente fértil e vigorosa. Grande parte do impulso inicial para a constituição desse campo veio dos Estados Unidos, onde existe uma produção significativa de trabalhos direcionados para a análise de como os seres humanos influenciam e são influenciados pelos elementos naturais.² No Brasil, apesar de ser ainda incipiente, a história ambiental tem se revelado a cada dia mais importante, com um sensível crescimento da produção historiográfica feita sob a ótica ambiental. Livros,¹ artigos e teses acadêmicas² revelam a potencialidade dessa área. Novas questões têm surgido dos trabalhos já existentes, revelando as múltiplas possibilidades existentes na perspectiva de construção de uma história ambientalmente orientada.

Cabe destacar que a constituição da história ambiental situa-se no âmbito maior de ampliação e renovação da história – tanto em termos de objetos quanto de sua problematização e metodologia –, empreendida pelos historiadores da chamada Escola dos *Annales* e mais sedimentada com a nova história (*nouvelle histoire*). Vemos uma enorme proliferação de temas, visível até mesmo no crescimento mercadológico dos

² Há uma bibliografia expressiva nessa área. Apresenta-se aqui, a título de exemplo, apenas uns poucos títulos: Donald Worster, *The wealth of nature: environmental history and the ecological imagination*, 1993 e *Nature's economy. A history of ecological ideas*; William Cronnon (ed.), *The uncommon ground. Rethinking the human place in nature*, 1996; também de Cronnon, *Changes in the land: indians, colonists, and the ecology of New England*, 1995; Carolyn Merchant, *Ecological revolutions: nature, gender and science in New England*, 1989.

¹ Warren Dean, *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*, 1989 e *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*, 1996; José Augusto Drummond, *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*, 1997; José Augusto Pádua, *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*, 2002; Victor Leonardi, *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*, 1999; Paulo Bertran, *História da terra e do homem no Planalto Central. Eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador*, 1994.

² Maria Inês Castro, *Natureza e sociedade em Mato Grosso 1850-1930*, 2001; Kelerson Serebene Costa, *Homens e natureza na Amazônia brasileira: dimensões (1616-1920)*, 2002; José Luiz de Andrade Franco, *Proteção à natureza e identidade nacional: 1930-1940*, 2002.

escritos históricos, que têm atraído um público significativamente numeroso. Entretanto, é bastante sintomático que, num livro dedicado a apresentar as novas perspectivas da história, não haja nenhum trabalho de história ambiental.³ Na introdução do livro há, no entanto, uma breve referência, à possibilidade de que no futuro “o movimento ecológico tenha cada vez mais influência sobre a forma como a história é escrita”.⁴ Percebe-se o quanto a história ambiental ainda se encontra, de certa forma, distanciada do conjunto das discussões teóricas e metodológicas que os historiadores têm levado a cabo com tanto vigor. Pode-se fazer a ressalva de que, por ser um autor eminentemente interessado na análise da historiografia francesa (*Annales e nouvelle histoire*), seu interesse não tenha sido despertado pelos historiadores anglo-saxões que já contam com uma produção sensivelmente importante direcionada para a história ambiental. De qualquer forma, observa-se ainda uma incipiente penetração da história ambiental no conjunto das discussões historiográficas.

O esboço de um programa para a história ambiental foi apresentado por Donald Worster, autor norte-americano, em um texto intitulado “Para fazer história ambiental”, dedicado a acompanhar a trajetória da história ambiental e a indicar aspectos relevantes de sua constituição como campo específico de estudo. Para o autor, essa é uma verdadeira “empresa acadêmica”, na qual é preciso

aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados.⁵

Este autor considera que existem três conjuntos de questões que demandam repostas da história ambiental e que, portanto, devem ser trabalhadas pelos historiadores preocupados com esta temática. Em primeiro lugar, refere-se aos estudos direcionados para a compreensão do funcionamento da natureza e de sua organização, situando-se, portanto, mais na esfera das ciências naturais. Outro conjunto de questões diz respeito ao exame da mútua interação dos elementos socioeconômicos com o ambiente. A análise das concepções que os seres humanos fazem da natureza, configuradas em mitos, lendas, folclore, leis, valores, ética e outros tantos elementos que integram o

³ Peter Burke (org.), *A escrita da história: novas perspectivas*, 1992. Nesse livro encontram-se, entre outros, artigos sobre a história do corpo, história das mulheres, micro-história, história das imagens e história da cultura.

⁴ Peter Burke, op. cit., p. 20.

⁵ Donald Worster, “Para fazer história ambiental”, *Estudos Históricos*, 1991, p. 201. Este artigo, originalmente intitulado “Doing environmental history”, integra o livro de Worster, *The ends of the Earth – perspectives on modern environmental history*, 1998.

universo mental e que conferem significados diversos a práticas específicas, constitui o último conjunto de problemas a serem examinados pela história ambiental.

Worster observa ainda que, apesar de separadas para efeitos programáticos, tais questões devem ser tratadas como complementares e interdependentes, pois mantêm entre si uma estreita vinculação e são, portanto, indissociáveis.⁶ Eles integram

uma investigação única e dinâmica, na qual natureza, organização social e econômica, pensamento e desejo são tratados como um todo. E esse todo muda conforme mudam a natureza e as pessoas, numa dialética que atravessa todo o passado e chega até o presente.⁷

No que refere à realidade brasileira, cabe-nos pensar na constituição de uma história ambiental elaborada com base em nossos problemas específicos. Trata-se, portanto, de discutir a possibilidade de uma história ambiental formulada *no e para* o Brasil. Nossa relação com a natureza, desde os momentos iniciais de nossa história, tem se caracterizado por tensões e conflitos que, na prática, se traduzem muitas vezes em processos dilapidadores do meio. Em nossos estudos, geralmente a natureza é concebida de formas contraditórias. Aparece como o cenário físico no qual se desenvolve nossa existência, cenário que pode ser hostil ou benfazejo, algo que deve ser eliminado para dar lugar ao progresso ou que pode nos dar a chave para o acesso a riquezas sem fim. Conjugada a essa última perspectiva, encontramos também a idéia da natureza como uma fonte inesgotável de recursos para o crescimento econômico.

Ao longo de nossa história, também diversas foram as práticas em relação ao ambiente natural, articuladas aos propósitos e intenções que guiaram os diferentes atores e grupos sociais. Compreender cada momento e situação ajuda-nos a refletir sobre nossas práticas presentes, bem como a guiar-nos em nossos projetos para o futuro.

UM EXERCÍCIO INTERDISCIPLINAR

A elaboração de um trabalho de história orientado pelo viés ambiental requer, como se pode depreender do tipo de questões que pretende dar conta, do concurso de várias outras áreas. Sendo assim, a história ambiental constitui um território privilegiado para o exercício interdisciplinar, entendido como a elaboração de uma reflexão na qual se mesclam conceitos que, “embora emprestados de duas ou mais disciplinas, refletem

⁶ Donald Worster, *op. cit.*, p. 202.

⁷ *Idem*, *ibidem*, p. 203.

problemáticas e preocupações semelhantes”.⁸ Ressalte-se que a interdisciplinaridade não se confunde com a simples superposição de disciplinas diferentes, mas caracteriza-se pelo entrecruzamento de saberes específicos com o objetivo de se compreender melhor processos complexos que extrapolam os limites de uma só disciplina ou modelo teórico. A prática interdisciplinar torna possível ampliar o campo de estudo e abordar questões antes aparentemente reservadas ao domínio de outras áreas de conhecimento. A necessidade de conferir um tratamento interdisciplinar aos estudos históricos manifesta-se em praticamente todos os temas escolhidos pelos historiadores. Cada vez mais, os profissionais da história preocupam-se em elaborar trabalhos abrangentes, o que exige o concurso de disciplinas como a antropologia, a sociologia, a economia, a lingüística e outras.

São extremamente numerosas as áreas às quais o historiador ambiental deve se reportar, a começar pelas ciências naturais. Além do cruzamento entre disciplinas como história, antropologia, crítica literária, cabe ao historiador ambiental ter algum domínio sobre ciências como biologia, ecologia e geologia. Worster, por exemplo, considera que sem uma adequada compreensão dos complexos mecanismos que regem o mundo natural, em especial da ecologia, a “história ambiental perde os seus alicerces, a sua coerência, o seu primeiro passo”.⁹ A própria história da ecologia constitui um tema que tem sido enfatizado por vários autores, preocupados em buscar as origens dos estudos ecológicos ou dos movimentos ambientalistas.¹⁰

Vou ater-me aqui a considerações sobre a geografia e a antropologia, buscando destacar alguns pontos fundamentais nos quais elas se imbricam com a história ambiental, permitindo novas abordagens e o levantamento de problemáticas mais complexas. Essas disciplinas têm se aproximado nos últimos anos em função de suas próprias necessidades internas ou em decorrência dos novos problemas que cada uma delas vem enfrentando ao lidar com seus objetos de estudo, o que não significa que as barreiras epistemológicas entre elas tenham sido derrubadas. O diálogo entre elas frutifica e está patente no tratamento conferido a temas nos quais se cruzam teorias e conceitos que extravasam as tradicionais fronteiras que as separam. Talvez o mais

⁸ Sidney Valadares Pimentel e Janaína Amado (org.), *Passando dos limites*, 1995, p. 6.

⁹ Donald Worster, op. cit., p. 203. Para uma discussão mais aprofundada dos vínculos entre a história ambiental e a ecologia, ver p. 203-206.

¹⁰ Pascal Acot, *História da ecologia*, 1990; Jean-Paul Deléage, *Histoire de l'écologie: une science de l'homme et de la nature*, 1991; Tim Hayward, *Ecological thought. An introduction*, 1994; Antonio C. Sant'Ana Diegues, *O mito moderno da natureza intocada*, 1996.

interessante seja exatamente analisar como elas se interpenetram sem perder suas identidades, preservando suas metodologias e instrumentos de trabalho.

Numa visão extremamente simplista, as categorias fundamentais no estudo da história (o tempo), da geografia (o espaço) e da antropologia (a cultura), estão claramente definidos. Porém, tal como a história, que se vê às voltas com uma constante necessidade de repensar seus métodos, instrumentos e fontes de trabalho, também a geografia e a antropologia defrontam-se com novos problemas, que abalam perspectivas estabelecidas e estimulam mudanças ou as reorientam para novas direções.

Nos historiadores da Escola dos *Annales* encontramos os exemplos mais acabados de comunhão entre geografia e história, consubstanciados em trabalhos nos quais espaço e tempo atuam como as principais coordenadas e são categorias apreendidas em toda sua riqueza e densidade. Não há uma separação rígida entre ambos, espaço e tempo histórico mesclam-se para compor um quadro coerente e, além do mais, multifacetado. O livro *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo*, de Fernand Braudel, constitui um texto fundamental no que respeita à história ambiental. Elaborado num momento decisivo para a historiografia francesa, quando buscava-se uma nova maneira de pensar e escrever a história, e parte significativa dos historiadores franceses procurava desvencilhar-se de uma história enquadrada nos cânones vigentes desde o século XIX, isto é, orientada preferencialmente para a descrição e análise dos acontecimentos políticos e diplomáticos. Braudel ambicionava escrever uma história total, no sentido de que pudesse abarcar, entre vários outros, aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais, religiosos, tão intimamente relacionados na própria vida, mas tratados pela história como elementos estanques e hierarquizados. Nesta tarefa, operou uma alteração na concepção de tempo histórico, formulando a noção de tempos históricos diferenciados, de “camadas de tempo” que se interpõem, de mudanças e permanências ocorridas em ritmos diversos ao longo da história. Estabeleceu uma hierarquia e uma forma específica de trabalho com diferentes temporalidades: a longa duração, a mais importante e dominada pela geografia e pela análise no plano das estruturas; a média duração, na qual destacam-se processos conjunturais e aspectos sociais e econômicos; por fim, o território dos acontecimentos, do efêmero, referente principalmente ao político e ao individual e, de certa maneira, menos relevante para a história.¹¹

¹¹ Ver Fernand Braudel, “Historia y ciencias sociales: la larga duración”, in *Escritos sobre historia*, 1991.

A plenitude da proposta de Braudel, de elaborar uma história na qual os laços entre história e espaço fossem mais do que uma mera superposição, fica explicitada quando ele apresenta o plano geral da primeira parte do *Mediterrâneo*, sugestivamente intitulada “O Meio”. Aí ele indica, em linhas gerais, alguns aspectos metodológicos de seu trabalho, referindo-se a uma

história quase imóvel, que é a do homem nas suas relações com o meio que o rodeia, uma história lenta, de lentas transformações, muitas vezes feita de retrocessos, de ciclos sempre recomeçados; não quis desprezar essa história, quase fora do tempo, de relação com as coisas inanimadas, mas também não quis ficar-me pelas tradicionais introduções geográficas à história, inutilmente lançadas para o princípio de cada livro, com descrições do meio físico, das actividades agrícolas e das flores; paisagens, actividades e flores que se mostram rapidamente e de que depois se não volta a falar, como se as flores não regressassem todas as Primaveras, como se os rebanhos parassem nas suas migrações, como se os navios não navegassem num mar real, que muda com as estações do ano.¹²

A leitura desse livro e a análise da forma como esta proposta se traduz concretamente constituem um estímulo para aprofundarmos a reflexão sobre os nexos entre as sociedades e a natureza, estabelecidos através dos tempos e neles se configurando como elementos quase tangíveis e imprescindíveis para a compreensão da história dos seres humanos.

A geografia, talvez a mais fortemente marcada pela perspectiva positivista, vive atualmente um movimento de intensa renovação,¹³ problematizando seu próprio objeto de estudo e refletindo sobre as diferentes concepções que informam o trabalho dos geógrafos. Nessa busca de redefinição, os geógrafos introduzem algumas questões essenciais para a história ambiental. A essa última, interessam muito as discussões, ainda no âmbito do pensamento geográfico, sobre as relações entre o ser humano e o meio, entre a sociedade e a natureza. Mesmo aí, encontram-se diferentes perspectivas, com autores que privilegiam a influência do meio sobre as sociedades, outros invertendo essa relação e, por fim, autores que procuram estabelecer uma relação mais dinâmica entre os seres humanos e a natureza, entendendo as influências recíprocas entre esses dois elementos.¹⁴

¹² Fernand Braudel, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II*, 1983, p. 25.

¹³ Pode-se mesmo considerar um movimento de renovação tardio, pois a geografia demorou bastante para assimilar conceitos e teorias já plenamente incorporadas pelo conjunto das ciências sociais e humanas. A esse respeito, ver A. C. Robert Morais, *Geografia – Pequena história crítica*, 1994 e Sidney Valadares Pimentel e Janaína Amado, op. cit.

¹⁴ Obviamente, tais formas de pensar têm um conteúdo bem mais complexo e elaborado, com profundas repercussões sobre o resultado concretos dos trabalhos escritos a partir de cada uma delas.

Um ponto de convergência nesta questão pode ser encontrado nas discussões sobre paisagem e sua definição, nas quais articulam-se claramente perspectivas da geografia, da história e da antropologia. A paisagem deixa de ser considerada unicamente a partir de suas características naturais para se converter em um “registro de época e um documento de cultura”.¹⁵ Para a história ambiental, essa definição contém importantes elementos de reflexão, pois introduz na paisagem a dimensão do tempo e da cultura.¹⁶ Reporta-nos também à necessidade de examinarmos, utilizando tal conceituação, as relações sociais, econômicas e culturais contidas nas diferentes paisagens. Todo espaço apropriado supõe uma elaboração mental sobre ele e carrega consigo projetos, idéias, concepções, valores e intenções humanas. Talvez seja importante lembrar que a natureza tem significados particulares em cada sociedade (e mesmo no interior delas) e que os seres humanos se apropriam dos bens naturais também de forma peculiar. Interferem nessa apropriação tanto as necessidades ou motivações que impulsionam os indivíduos quanto as condições naturais que se apresentam para eles. De acordo com Moraes, “a paisagem humana é o resultado de uma dialética entre matéria e idéia”, o que significa que ela é produzida a partir do “trabalho que articula teleologia e causalidade”.¹⁷ Tal definição encaminha-nos para o entendimento da necessidade encararmos a “própria leitura da paisagem como elemento revelador de uma época e de uma cultura”.¹⁸ Como qualquer documento, a paisagem é o resultado de

uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver. (...) Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias”.¹⁹

¹⁵ A. C. Robert Moraes, *Ideologias geográficas*, 1991, p. 23. Ver também José Augusto Drummond, “A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa”, *Estudos Históricos*, 1991, que alerta-nos para a multiplicidade de fontes para a história ambiental, entre elas a paisagem, considerada um documento que precisa ser lido adequadamente (p. 184).

¹⁶ Williams nos lembra que entender como os seres humanos viam a natureza implica estabelecer uma clara distinção entre o campo, local de trabalho e onde a exploração dos recursos naturais pressupõe a exploração dos próprios homens, e a paisagem, um conceito que implica separação e observação. Ver Raymond Williams, *O campo e a cidade: na história e na literatura*, 1987, p. 167.

¹⁷ A. C. Robert Moraes, op. cit., p. 22.

¹⁸ Idem, ibidem, p. 25.

¹⁹ Jacques Le Goff, “Documento/Monumento”, in *Enciclopédia Einaudi – Memória-História*, 1984, p. 103.

O trabalho com o documento exige a análise das condições em que ele foi construído, o que implica um processo de “desmontagem e desestruturação” capaz de revelar tais condições.

O livro de Simon Schama, *Paisagem e memória*, inscreve-se totalmente nesta definição, que serve como fio condutor da análise central do autor sobre a importância dos mitos na construção de diferentes paisagens e de como tais mitos são elementos fundamentais para compreendermos nossa própria leitura da paisagem e das concepções de natureza. Para realizar isto, afirma que natureza e percepção são inseparáveis e que a “paisagem é obra da mente”.²⁰ Schama estabelece, dessa forma, o pressuposto sobre o qual organizará seu trabalho, caracterizado pela atenção conferida ao intenso entrelaçamento entre cultura e meio, percepções e espaço físico. Seu livro estrutura-se a partir de parâmetros fundamentais para a história ambiental. Um deles é exatamente a ênfase que o autor confere à união entre natureza e cultura, tão fortemente separada pelo pensamento ocidental durante séculos.

Ao mesmo tempo em que descortina um amplo leque de possibilidades e de novas abordagens para se tratar o tema das relações entre os homens e a natureza, o trabalho com esse parâmetro exige a substituição da perspectiva antropocêntrica por uma compreensão da natureza como resultado de práticas culturais e como algo que é sempre, e essencialmente, representada pelos seres humanos a partir de suas vivências sociais específicas. Trata-se, portanto, de incorporar uma visão dialética da natureza,²¹ na qual sejam enfatizados os vínculos, profundos e intensos, entre as sociedades e o meio natural, que não podem ser encaradas como “naturais”, mas sim como relações sociais construídas a partir da articulação entre práticas e concepções. A natureza precisa ser compreendida como “parte e resultado de uma longa história cultural”,²² portanto, seres humanos e natureza não se distanciam e não podem ser vistos separadamente. As representações da natureza e do meio permitem aos homens conferir sentido às suas ações e ao seu mundo. Elas não são reflexo das condições materiais ou de determinações econômicas, mas sim componentes da realidade social:

As relações econômicas e sociais não são anteriores às culturais, nem as determinam; elas próprias são campos de prática cultural e produção

²⁰ Simon Schama, *Paisagem e memória*, 1996, p. 17.

²¹ Prefácio de Eduardo Viveiros de Castro ao livro de Ricardo Arnt e Stephan Schwartzmann, *Um artifício orgânico: transição na Amazônia*, 1992, p. 15.

²² Idem, *ibidem*, p. 25.

cultural – o que não pode ser dedutivamente explicado por referência a uma dimensão extracultural da experiência.²³

A preocupação com aspectos culturais é um dos traços que mais aproxima os antropólogos dos historiadores ambientais. Essencialmente interessados na relação entre cultura e natureza, que constitui um elemento fundamental nas sociedades tradicionais, os estudos antropológicos apresentam um atrativo especial para os historiadores ambientais. O diálogo entre antropólogos e historiadores intensificou-se nos últimos anos, revelando-se fecundo para as duas disciplinas. Em suas análises sobre determinados grupos sociais, os antropólogos ressaltam a interação entre natureza e cultura e, nesse sentido, esclarecem e revelam aspectos e questões que perpassam também os estudos de história ambiental. Um bom exemplo disso são os trabalhos apresentados sob o rótulo de história cultural, nos quais se fundem categorias e métodos das duas disciplinas, compondo um quadro que expressa tanto os acordos quanto os pontos de discordância.²⁴

São extremamente significativos os aportes trazidos pela perspectiva antropológica para os estudos históricos, cada vez mais direcionados para a compreensão da cultura. Os historiadores prestam mais atenção ao complexo conceito de cultura, enquanto os antropólogos percebem a importância de categorias e métodos de investigação oriundos da história. Assim, pode-se dizer que a história se torna mais antropológica (em especial no que se refere à antropologia cultural) enquanto a antropologia se historiciza, tornando mais complexo o instrumental teórico de cada uma. Os antropólogos articulam-se com os historiadores ambientais ao analisar exaustivamente, embora com ênfases e abordagens diferenciadas, o papel da cultura nas relações dos seres humanos com seu ambiente natural.

A HISTÓRIA AMBIENTAL E O REPENSAR DA RELAÇÃO SERES HUMANOS E NATUREZA

Tendo como perspectiva elaborar trabalhos nos quais se estude os “processos que têm alterado e alteram (...) o ajuste entre as *forças paralelas* do humano e do extrahumano”,²⁵ cabe à história ambiental não se limitar a investigar processos nos quais

²³ Lynn Hunt, *A nova história cultural*, 1992, p. 9.

²⁴ Cf. Lynn Hunt, *op. cit.*

²⁵ Guillermo Castro Herrera, *Los trabajos de ajuste e combate: naturaleza y sociedad en la historia de América Latina*, 1994.

são ressaltadas as formas pelas quais os seres humanos historicamente se comportaram destrutivamente em relação à natureza. Como nos alerta Schama, é preciso

demonstrar que, ao longo dos séculos, se formaram hábitos culturais que nos levaram a estabelecer com a natureza uma relação outra que não a de simplesmente esgotá-la até a morte, que o remédio para os nossos males pode vir de dentro de nosso universo mental comum...²⁶

Schama destaca aí o que encara como uma visão excessivamente calcada em considerações negativas das ações antrópicas ao longo dos tempos, em especial nos últimos duzentos anos. As mesmas sociedades capazes de comandar um processo caracterizado por intervenções violentas na natureza podem também conter em si distintas formas de conceber e de agir em relação à natureza, que apontem para outras alternativas históricas, quem sabe mais justas, harmoniosas e equilibradas.²⁷

Os historiadores precisam se munir de instrumentos teórico-metodológicos que lhes permitam incorporar pressupostos ecológicos para que a história possa se fortalecer como explicadora do passado e propiciadora de elementos de reflexão sobre o presente e o futuro. Essa preocupação já se expressa na tentativa de se estabelecer modos próprios de trabalhar com a história ambiental e de reconhecer nela particularidades, apesar do reconhecimento de que ela deve se constituir baseada em diversas fontes de conhecimento.

A compreensão efetiva dos sérios problemas em relação ao meio ambiente, vivenciados hoje em dia em escala planetária, deve conter, obrigatoriamente, a percepção de que eles não são fruto do presente, mas sim “o resultado de crises ecológicas acumuladas”.²⁸ É preciso ter em mente a questão posta por Braudel: “Não é o presente em grande parte a presa de um passado que se obstina em sobreviver, e o passado, por suas regras, diferenças e semelhanças, a chave indispensável para qualquer compreensão séria do tempo presente?”²⁹

BIBLIOGRAFIA

²⁶ Simon Schama, op. cit., p. 29.

²⁷ Tais observações não têm o objetivo de desconsiderar a importância de trabalhos que emergem da problemática da degradação das condições naturais, pois eles são pontos de referência obrigatórios e, mais ainda, estimulam o surgimento de novas pesquisas. Grande parte das discussões e formulações teóricas da história ambiental provêm de autores que, de uma forma ou de outra, enveredaram por este caminho.

²⁸ Jean-Paul Delèage, op. cit., p. 252.

²⁹ Fernand Braudel, *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII – O tempo do mundo* (vol. 3), 1996, p. 10.

- ACOT, Pascal. *História da ecologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- BERTRAN, Paulo. *História da terra e do homem no Planalto Central*. Eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador. Brasília: Solo, 1994.
- _____. “Desastres ambientais na Capitania de Goiás”. *Ciência Hoje*, vol. 12, n.º 70.
- BRAMWELL, Anna. *Ecology in the 20th Century - A History*. New Haven and London, Yale University Press, 1989.
- BRAUDEL, Fernand *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII – O tempo do mundo* (vol. 3), 1996, p. 10.
- _____. “Historia y ciencias sociales: la larga duración”, in *Escritos sobre historia*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1991.
- _____. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II*. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1983.
- BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. Da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- CASTRO, Eduardo Viveiros. “Prefácio”. ARNT Ricardo e SCHWARTZMANN, Stephan. *Um artifício orgânico: transição na Amazônia*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- CASTRO, Maria Inês Malta. *Natureza e sociedade em Mato Grosso (1850-1930)*. Brasília, UnB, 2001. (Tese de Doutorado)
- COSTA, Kelerson Semerene. *Homens e natureza na Amazônia brasileira: dimensões (1616-1920)*. Brasília, UnB, 2002. (Tese de Doutorado)
- CRONON, William (ed.). *The uncommon ground. Rethinking the human place in nature*. New York/London: W. W. Norton & Company, 1996.
- _____. *Changes in the land: indians, colonists, and the ecology of New England*. New York: Hill and Wang, 1995.
- DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. São Paulo: Nobel, 1989.
- _____. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DELÉAGE, Jean-Paul. *Histoire de l'écologie: une science de l'homme et de la nature*. Paris: Éditions La Découverte, 1991.
- DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1997.
- _____. “A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991.
- _____. “O jardim dentro da máquina”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 1, n.º 2, 1988.

- FRANCO, José Luiz de Andrade. *Proteção à natureza e identidade e nacional: 1930-1940*. Brasília: UnB, 2002. (Tese de Doutorado)
- HAYWARD, Tim. *Ecological thought*. An introduction. Cambridge/UK: Polity Press/Blackwell Publishers Ltd., 1994.
- HERRERA, Guillermo Castro. *Los trabajos de ajuste y combate: naturaleza y sociedad en la historia de America Latina*. Havana: Casa de las Americas; Colombia: Instituto Colombiano de Cultura, 1994.
- Hunt, Lynn *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento”. In *Enciclopédia Einaudi – Memória – História*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984. (Volume I)
- LEONARDI, Victor. *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília: Paralelo 15/Editora Universidade de Brasília, 1999.
- MERCHANT, Carolyn. *Ecological revolutions: nature, gender and science in New England*. Chapel Hill and London, The University of North Carolina Press, 1989.
- MORAIS, A. C. Robert, *Geografia – Pequena história crítica*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. *Ideologias geográficas*. São Paulo: Hucitec, 1991.
- PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- _____. “Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil”. In: PÁDUA, José Augusto (org.). *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e tempo/IUPERJ, 1987.
- PIMENTEL, Sidney Valadares e AMADO, Janaína (org.), *Passando dos limites*. Goiânia: Editora da UFG, 1995.
- SCHAMA, Simon *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- WILLIAMS, Raymond *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- WORSTER, Donald. *The wealth of nature: environmental history and the ecological imagination*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1993.
- _____. *Nature's economy*. A history of ecological ideas. Cambridge: Cambridge University, 1994.
- _____. “Para fazer história ambiental”. *Estudos Históricos*, 1991.
- WORSTER, Donald (ed.). *The ends of the earth*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.